

ESTADO, EMPRESÁRIOS E DITADURA (1937-1945) *STATE, BUSINESSMEN, AND DICTATORSHIP (1937-1945)*

Maurício Margalho^{a, @}

^aDoutor em História Social pela Universidade Federal Fluminense
[@]Contacto: mauriciomargalho@yahoo.com.br

Resumo

O artigo aborda a atuação das lideranças do empresariado na ditadura do Estado Novo – com maior ênfase para os empresários industriais. Mapeando as ações dos empresários no Estado capitalista Autoritário – no âmbito das agências das sociedades civil e política – analisamos as formas pelas quais as lideranças dos setores do capital e suas frações buscaram se inserir nas instituições do governo. Considerando que os interesses econômicos expressam sua materialidade na luta política, abordamos o processo de ação coletiva dos empresários durante a ditadura Vargas. Assim sendo, por meio das ações de suas lideranças orgânicas nas agências do Estado as classes e frações burguesas reinventaram as formas de participação política dentro do Estado Autoritário e influenciaram nas elaborações das diretrizes políticas que orientaram as formulações dos planos de ação do governo.

Palavras-chave

Empresários | interesses | política e ditadura

Códigos JEL

B20 | L26 | L53

Abstract

The article addresses the role of business leaders in the Estado Novo dictatorship – with emphasis on industrial entrepreneurs. Mapping the actions of entrepreneurs in the Authoritarian capitalist State – within the scope of civil and political organizations – we analyze the ways in which the business leaders sought to insert themselves in government institutions. Considering that economic interests express their materiality in the political struggle, we approach the collective action of businessmen during the Vargas dictatorship. Thus, through the actions of their organic leaders in State agencies, the business elite reinvented forms of political participation within the Authoritarian State and influenced the preparation of political guidelines that affected the formulation of government action plans.

Keywords

Entrepreneurs | interests | politics and dictatorship

JEL Codes

B20 | L26 | L53

Artigo recebido em 21/12/2021. Aprovado em 12/12/2022.

1. Estado, negócios e política

Em 10 de novembro de 1937, um golpe de Estado liderado por Getúlio Vargas encerrou a experiência democrática que, desde a Constituição de 1934, vinha ampliando a democracia no Brasil – inclusão do sufrágio secreto e extensão do direito de voto às mulheres. A ditadura implementada exerceu um rigoroso controle sobre a vida social, política, econômica e cultural do país. No aspecto econômico, o Estado Novo acelerou um processo de modernização – representado pela industrialização pesada – que criou as condições necessárias ao gradativo deslocamento do eixo dinâmico da economia da base produtiva predominantemente rural para a urbano-industrial.

Convém tomar como ponto de partida que embora a ingerência do governo federal tenha criado as condições para o desenvolvimento e a dinamização do capitalismo industrial, é um erro atribuir ao empresariado uma função passiva diante do governo. O conjunto de evidências analisado demonstra que, mesmo durante a vigência da ditadura, as classes burguesas e suas frações não deixaram de exercer expressiva participação política no Estado restrito. O campo de ação coletiva, no âmbito da sociedade política, se deslocou para os conselhos técnicos, comissões e demais órgãos consultivos que integraram a superestrutura burocrática do Estado-governo.

Por meio da atuação de seus intelectuais orgânicos no aparelho de Estado – aqui compreendido de acordo com a chave analítica gramsciana – os representantes das forças produtivas do capital travaram uma guerra de posição nas agências do Estado ampliado, de modo a ter condições necessárias à manutenção e a ampliação de seus interesses de classe junto ao governo Autoritário que emergiu em 1937. Além das sociedades civil e política, não obstante submetidos a tutela e a censura do Departamento de Imprensa e Propaganda, os veículos de imprensa constituíram-se como relevantes espaços de organização e ação colaborativa junto a ditadura estadonovista.

A Constituição de 1937, inspirada na carta fascista polonesa, constituiu-se na expressão jurídico-política da influência do fascismo no Estado Novo. Em seu estudo a respeito do fascismo na Itália e na Alemanha, Nicos Poulantzas ofereceu rico instrumental analítico que, apesar de aplicado as especificidades históricas desses dois países, serve como ferramenta teórica básica para analisarmos também outros países e contextos históricos em suas respectivas particularidades. Segundo Poulantzas, ao longo do “processo de fascização, e após a conquista do poder, o fascismo – partido fascista, Estado fascista – detém uma autonomia relativa característica em relação, simultaneamente, ao bloco no poder e à fração do grande capital monopolista (...)” (Poulantzas, 1978, 92).

Uma vez assumindo o formato de uma ditadura fascista ou de influência fascista, com a finalidade de resolver as contradições internas provenientes das lutas entre as classes e as frações dominantes, e, também, dos conflitos entre o capital e o trabalho, o chefe do Estado burguês obtém uma autonomia relativa em relação ao bloco no poder. Ao contrário do que ocorreu na Itália e na Alemanha fascistas, no caso da ditadura do Estado Novo, não havia um partido-estado que, subordinado ao chefe do Executivo, absorvesse em sua estrutura centralizada e centralizadora as lideranças das classes dominantes e, tornando-se um partido de massas, organizasse, educasse e direcionasse a vontade coletiva nacional popular de acordo com os fundamentos do Estado.

A respeito das afinidades políticas do Primeiro Governo Vargas com o fascismo, faz-se mister assinalar que em 21 de maio de 1940, Getúlio Vargas recebera Oswaldo Aranha, ministro das Relações Exteriores, o qual trazia um pedido do governo dos EUA para que Vargas “telegrafasse a Mussolini fazendo-lhe um apelo para evitar que a guerra se [generalizasse].” Vargas declinou, sob o argumento de manter seu “propósito de não intervir na política europeia.” (Vargas, 1995, 313-314). Diante de tais colocações, é apropriado concluir que o pedido por parte do governo Roosevelt não seria feito se não houvesse a suposição da existência de uma certa proximidade e simpatia entre Mussolini e Vargas – ao menos no campo ideológico.

O Estado Autoritário Varguista fechou todos os partidos políticos eleitorais e todas as instituições do Legislativo, deixando aos órgãos técnicos e consultivos a competência de funcionar como espaços sociais onde se facultava aos representantes das classes dominantes a participação e a interlocução com a sociedade política. Entre as lideranças empresariais que se destacaram como integrantes nos órgãos técnicos, ressaltamos Horácio Lafer – Conselho Técnico de Economia e Finanças –, Valentim Fernandes Bouças – Conselho Técnico de Economia e Finanças (CTEF), Conselho Federal do Comércio Exterior (CFCE), Comissão de Planejamento Econômico e Coordenação da Mobilização Econômica –, Euvaldo Lodi – Conselho Federal de Comércio Exterior, Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial, Coordenação da Mobilização Econômica (CME), – e Roberto Simonsen – Conselho Federal de Comércio Exterior, Conselho de Expansão Econômica do Estado de São Paulo, Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial e a Coordenação da Mobilização Econômica – v.g.

E foi justamente a partir do CFCE que Roberto Simonsen, uma das grandes lideranças do empresariado

industrial paulista, apresentou ao governo o programa defendido por sua base econômico-social. Segundo a tese defendida por Simonsen, com a finalidade de obter sua independência econômica, ao invés de exportar tudo o que produzia, o Brasil precisaria criar métodos de usar, de forma lucrativa, as matérias-primas encontradas em seu território (O Observador Econômico e Financeiro. Novembro, 1937. N. 22. Acervo da Biblioteca do Ministério da Fazenda. RJ/Brasil. P. 22). A tese defendida pelo referido intelectual orgânico das frações de classes industriais paulistas indica que, por meio de suas lideranças, as forças produtivas do capital industrial lutavam pela validação e divulgação de seus projetos nas agências estratégicas da sociedade política.

A respeito do período em análise, pesquisa realizada nas atas da Federação Industrial do Rio de Janeiro (FIRJ) apresenta informações bastante reveladoras sobre a colaboração do empresariado industrial à ditadura do Estado Novo. Em reunião da diretoria e conselho diretor da FIRJ, realizada em 15 de dezembro de 1937, fica evidente a articulação dos industriais com agências e agentes estratégicos na sociedade política. Na referida reunião, consta que a federação recebeu telegrama do gen. Eurico Dutra – ministro da Guerra –, agradecendo pela contribuição da mesma “à homenagem aos soldados que haviam” morrido no combate a insurreição comunista de novembro de 1935; ofício enviado pelo Ministério da Agricultura, agradecendo pelo envio dos documentos que tinham sido enviados a FIRJ.

A ata registra ainda o apoio e a colaboração dos industriais filiados a FIRJ à repressão anticomunista perpetrada pelo governo federal, fator que caracteriza o *modus operandi* de um governo de extrema direita. Em resposta a solidariedade manifestada pela federação ao governo na coerção ao comunismo, o presidente Getúlio Vargas enviara à federação um telegrama agradecendo. De acordo com informação dada por Raul Leite, que presidia a reunião, todos os Sindicatos da Indústria enviaram seus prepostos para uma reunião no Ministério do Trabalho, ocorrida em 25 de outubro de 1937, presidida pelo ministro Agamenon Magalhães – cuja finalidade era planejar medidas contra a ação dos comunistas. Conforme foi registrado na fonte supracitada, os representantes do empresariado industrial sugeriram medidas e propuseram formas de “repressão ao credo soviético” (Ata da reunião conjunta da diretoria e conselho diretor da Federação Industrial do Rio de Janeiro. Realizada em 15 de dezembro de 1937. Acervo da biblioteca da Firjan. RJ/Brasil). Por meio do de sua organização coletiva em suas respectivas agências na sociedade civil, os intelectuais orgânicos da indústria planejaram, sistematizaram, direcionaram e mobilizaram a ação política das classes sociais das quais eram porta-vozes de modo a, inclusive, influenciar na formulação das políticas coercitivas de Estado.

É imprescindível esclarecer que o autoritarismo é uma prática profundamente arraigada na formação social brasileira e, portanto, nos núcleos de poder do Estado. Não foi, portanto, uma invenção do Estado Novo. Presente em diversas instituições e nas mais variadas gradações, no Brasil republicano o autoritarismo é a expressão da força e da permanência de uma estrutura oligárquica organizada para assegurar a permanência e a adequação histórica de sua agenda nos núcleos de poder do Estado capitalista. Nos ensaios intitulados *Circuito fechado*, em que analisa o poder institucional, mais especificamente no tópico ‘Estado e sociedade em tensão’, Florestan Fernandes (Fernandes, 2010, 164) ofereceu relevante contribuição para compreendermos a articulação entre o capital e o Estado Autoritário.

Conquanto Fernandes tenha pensado o caso da lógica dos rearranjos do poder sob as ditaduras militares, a análise feita por ele nos ajuda na reflexão das particularidades do Estado Novo e das relações estabelecidas com o empresariado industrial. Se tomarmos como ponto analítico os princípios desenvolvidos pelo referido sociólogo paulista no trabalho indicado acima, a ditadura do Estado Novo significou, então, um rearranjo do autoritarismo e do poder coercitivo do governo, assegurando-lhe a estabilidade política necessária para, a partir dela, (re)organizar, implementar e redirecionar um “novo padrão de opressão política e do novo regime autoritário” – ampliando o seu alcance (Fernandes, 2010, 164). Esse novo padrão de opressão do Estado, autoritário e centralizador, contou com a adesão do empresariado, que recebeu as benesses do governo Varguista.

A conjuntura anterior aos anos 1930 foi bastante instável, marcada por uma sociedade em tensão crescente e pela luta por ampliação dos limites da antiga democracia oligárquica para uma formação

político-social mais democrática, a qual os setores mais conservadores da época eram refratários. No campo da luta institucional e dos direitos civis, a direita brasileira temia – a teme ainda hoje – a organização dos trabalhadores na sociedade civil, as lutas do movimento feminista, as greves operárias e as reivindicações trabalhistas – v.g. No campo da crítica das armas, o Levante Constitucionalista do estado de São Paulo em 1932, a Insurreição Comunista em Natal e no Rio de Janeiro em 1935, e a Intentona Integralista em 1938 serviram para reforçar a convicção de que um Estado forte e centralizador cumpriria o papel de formular e estabilizar a estrutura político-institucional de acordo com um novo padrão de opressão política e social, alicerçada em um autoritarismo ampliado, reorganizado e reforçado, com forte influência no modelo fascista. O empresariado não foi um agente passivo na formulação desse rearranjo institucional na ossatura superestrutural do Estado.

É imperativo reconhecer que em situações de crise, tanto as classes e frações dominantes burguesas quanto os seus asseclas não hesitam em apoiar governos fascistas – ou de forte influência fascista –, atribuindo-lhes a função de atuarem como forças sociais capazes de tornar exequível, pelo alto, uma certa “ruptura” institucional dentro da ordem. Nesse caso, a correlação de forças conservadoras dentro do bloco no poder rompe com um modelo liberal de caráter mais democrático e a ele sobrepõe um sistema de governo no qual as liberdades democráticas são suprimidas ou restringidas, posto que passam a ser vistas como perniciosas ao bom funcionamento do país – abstração do ‘nacionalismo’ liberal para ocultar interesses econômicos. As palavras de Karl Polanyi são bastante elucidativas

A solução fascista do impasse atingido pelo capitalismo liberal pode ser descrita como uma reforma da economia de mercado, alcançada ao preço da extinção de todas as instituições democráticas, tanto no campo industrial como no político. O sistema econômico, ameaçado de ruptura, poderia ser revitalizado, mas os povos ficaram sujeitos a uma reeducação que se propunha a desnaturalizar o indivíduo e torná-lo incapaz de funcionar como unidade responsável do corpo político (Polanyi, 2000, 276).

Recente estudo de Lilia Moritz Schwarcz oferece importante contribuição para compreendermos a sociogênese do autoritarismo brasileiro. A autora estabelece os fundamentos no passado escravocrata, no patriarcalismo – legados pela sociedade colonial; passando, já no período republicano, pelo mandonismo coronelista, expressão dos grandes poderes personalizados e localizados – instrumentos de uso do Estado para resolver interesses privados. O Estado Novo formou o campo político do populismo autoritário, usou a publicidade e as instituições de ensino para ampliar e difundir um sentimento de patriotismo e vinculá-lo a ideia de civismo – defesa dos interesses da pátria como sendo os interesses de todos (Schwarcz, 2019, 23-24, 41, 141, 142, 224).

Em seu clássico *Raízes do Brasil*, Sérgio Buarque de Holanda abordou a forte inclinação autoritária impregnada na América Latina. Ao afirmar o impacto dessa cultura sobre as formas jurídicas expressas nas constituições latino-americanas, o autor afirmou que prevalece no Brasil a mentalidade de que “as Constituições [foram] feitas para não serem cumpridas, as leis existentes para serem violadas, tudo em proveito de indivíduos e oligarquias.” (Holanda, 2016, 320). Quando consideramos que tais ponderações de Holanda permanecem válidas para o Brasil do século XXI, concluímos que nas décadas de 1930 e 1940 o peso desse legado seria mais expressivo. Sintetizando as considerações teóricas apresentadas acima, podemos afirmar que o golpe do Estado Novo foi uma tentativa de conter não apenas os conflitos entre capital e trabalho, mas também de fazê-lo no seio das próprias classes e frações dominantes. Rompia-se, pelo alto, com o Estado oligárquico, mas conservava-se o autoritarismo e ampliava-se o seu alcance sobre os recalcitrantes da ordem política e social – por meio do fortalecimento dos poderes do Executivo federal.

Nas fontes primárias analisadas, a retórica dos interesses nacionais ou do interesse da coletividade é usada com muita frequência – inclusive associada a negação da existência de conflitos ou mesmo de oposição entre classes sociais. Negando o conflito, as classes e frações dominantes negavam – e negam – também a existência das diferenças entre dominados e dominantes – criavam – e criam – a ‘marca fantasia’ de um

Estado-governo a serviço de todos. O empresariado não deixou de participar e colaborar com a construção dessa retórica no Estado Novo. Se antes, durante a curta vigência do governo constitucional, no quadriênio de 1934 a 1937, as classes dominantes e dirigentes preocupavam-se também com a obtenção do consenso junto aos dominados, a partir da Carta de 1937, a opção pela via da extrema direita impôs o predomínio quase que absoluto da coerção sobre o consentimento.

A constituição autoritária de 1937 suspendeu as eleições presidenciais que ocorreriam em janeiro de 1938 – conforme estava previsto na Carta de 1934 – e com isso concedeu a Vargas um mandato com prazo indefinido. Isso não impedia, porém, que o governo temesse a perda do controle para novos prepostos da classe dominante. Uma análise acurada da articulação das forças sociais do capital dentro no estado restrito no contexto da ditadura do Estado Novo permite perceber que os conflitos e as tensões políticos não foram extintos. Da reunião ocorrida no palácio do Catete em 22 de janeiro de 1938 com o major Ducídio Cardoso, secretário de Segurança do governo paulista, Vargas registrara no diário que recebeu inquietantes informações sobre a lealdade do governador do estado de São Paulo (Vargas, 1998, 103).

Não está claro a quem Vargas se refere, uma vez que estava preso o ex-governador Armando Sales de Oliveira, que em 1937 tentara incentivar o Exército a impedir o golpe de Estado de Vargas – Sales Oliveira foi exilado para a França em novembro de 1938. O manifesto escrito por ele, conclamando o Exército a impedir o golpe de Estado, foi distribuído no parlamento e nos quartéis. Após a prisão dele, o governo do estado de São Paulo passou para interventores federais nomeados por Vargas. Em 1938, esteve com dois interventores: Francisco José da Silva Júnior – general – e Ademar de Barros.

Ao analisar as origens do totalitarismo, Hannah Arendt ofereceu relevante contribuição para compreendermos as formas históricas que permitiram que as democracias sucumbissem perante modelos totalitários. Arendt ressalta que o uso da “força tornou-se o centro da ação política e o centro do pensamento político quando se separou da comunidade política à qual deveria servir” (Arendt, 1989, p. 167). As considerações de Arendt nos ajudam a traçar um caminho pelo qual podemos analisar as origens do Autoritarismo no pensamento republicano brasileiro, historicamente caracterizado pela absoluta prevalência da tendência ao exercício da coerção sobre a prática de construção do consentimento junto as classes dominadas. Respeitando-se as particularidades e especificidades da formação social do Brasil Republicano, se considerarmos os vícios estruturais apontados anteriormente por Lilia Schwarcz, percebemos que o uso da força sempre esteve – a ainda está – muito presente nas relações entre as classes e frações dominantes e as classes subalternas ou contra aquelas pessoas que, não obstante fossem da mesma classe social, eram do sexo feminino e/ou de grupos étnicos considerados inferiores em direitos civis, políticos e em potenciais.

Diferentes forças sociais lutam pelo controle das agências do Estado-governo e pela formulação, validação e direcionamento de seus respectivos interesses como políticas públicas. A centralização do poder político e administrativo do governo, sob a liderança de um chefe supremo – um ditador – direcionaria as tensões intraclasses dominantes, absorvendo-as no interior da superestrutura do Estado. No entanto, é equivocado supor que a constituição de uma ditadura, seja ela militar ou civil, signifique o fim das tensões entre as classes sociais. O processo de disputas pela legitimação dos projetos no interior das agências do Estado capitalista é conflituoso e não ocorre fora das lutas de classe. Com o fechamento dos partidos políticos eleitorais pelo decreto-lei de 2 de dezembro de 1937, o epicentro da organização política das classes empresariais se concentrou nos seus *aparelhos privados*, a partir dos quais os *intelectuais orgânicos* usaram seus recursos e forças concentrados nesses espaços privados para ampliar seu potencial orgânico e mobilizador da vontade coletiva das classes sociais capitalistas das quais eram representantes – conceitos que usamos conforme o instrumental teórico gramsciano.

Diante do exposto, não se deve negligenciar que a análise e a explicação da estrutura social do Estado Autoritário Varguista demanda que se considere as suas conexões com as agências da sociedade civil, portanto, a metodologia usada abordou, dentro dos limites do presente artigo, o maior número possível de aparelhos privados das forças produtivas do capital. Leitura da ata da assembleia geral da constituição da Federação dos Sindicatos Industriais do Distrito Federal (FSIDF), de 27 de novembro de 1937, revela que, sob a referida agência, muitos sindicatos, associações e outros aparelhos privados do capital estavam ali

representados por seus intelectuais orgânicos. Dentre os quais, destacamos, Associação dos Construtores Civis – representado por Francisco de Magalhães Castro, Centro de Fiação e Tecelagem de Algodão – representado por Vicente de Paulo Galliez, Sindicato dos Industriais de Cerâmica e Vidro – representado por Américo Ludolf, Sindicato dos Industriais do Papel – representado por Wolff Klabin, Sindicato dos Industriais de Siderurgia e Fundição – representado por Luis Ribeiro Pinto, Sindicato dos Industriais de Caixas e Artefatos de Cartonagem – representado por Edmundo Pereira Leite, Sindicato dos Industriais de Cigarros – representado por Pedro Magalhães Corrêa, Sindicato dos Industriais Metalúrgicos – representado por Mario Aghina (sic), Sindicato dos Industriais de Produtos Farmacêuticos – representado por Raul Leite e Sindicato dos Industriais Refinadores da Açúcar – representado por Dermeval Dias (Ata da Assembleia Geral da constituição da Federação dos Sindicatos Industriais do Distrito Federal, realizada em 27 de novembro de 1937. Acervo da biblioteca da Firjan. RJ/Brasil).

Com o fechamento dos partidos eleitorais no âmbito da sociedade civil, o eixo de organização do sistema de ação política das classes burguesas se deslocou para as agências privadas cuja finalidade, embora não fosse eleitoral, jamais deixou de ter um caráter de formação e mobilização coletiva – i.e. um objetivo político no Estado capitalista autoritário. O industrial Wolff Klabin, um dos sócios e representantes de empresa holding Klabin Irmãos & Cia, fazia parte de um grupo de capitalistas que na década de 1930 já tinha um expressivo portfólio de investimentos e que, a partir de 1932, havia iniciado, com a ajuda dos governos do interventor Manuel Ribas e de Getúlio Vargas, o projeto de construção de um complexo urbano-industrial no estado do Paraná – voltado à fabricação de celulose para produção de papel imprensa (Margalho in Campos & Brandão, 2017, 110 e segs.).

Em 9 de junho de 1938 por meio do despacho do Valdemar Falcão, ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, a FSIDF foi reconhecida pelo governo – publicado no Diário Oficial de 19 do mesmo mês de maio. Em votação secreta realizada entre os representantes dos sindicatos filiados, o industrial Euvaldo Lodi foi eleito com 13 votos presidente da FSIDF – disso podemos depreender que empresariado continuava a eleger seus representantes. Lodi mencionou o “papel das associações de classe no meio brasileiro, sobretudo a posição que lhes [cabia] no mecanismo político do país,” diante da Constituição de 1937 que organizou o Estado de acordo com os princípios corporativos. Destacou que as forças produtivas estavam se organizando de acordo com a lei sindical e que, em breve, teriam a Confederação Nacional da Indústria¹ (CNI) como o maior órgão privado em defesa dos interesses das classes produtoras. Lodi recomendou que a diretoria da FSIDF visitasse o ministro Valdemar Falcão, como um primeiro passo de aproximação com o governo federal (Ata da Reunião do Conselho de Representantes da Federação dos Sindicatos Industriais do Distrito Federal, realizada em 10 de maio de 1938. Acervo da biblioteca da Firjan. RJ/Brasil).

É imprescindível destacar que o mineiro Euvaldo Lodi se tornou uma das mais expressivas lideranças industriais do período em recorte – com ampla atuação nas agências do Estado. Nessas circunstâncias, procedendo ao mapeamento da trajetória social dele e de outros intelectuais orgânicos do capital é possível compreender a dinâmica de atuação dos empresários no Estado Novo. As forças produtivas do capital fizeram das agências da sociedade civil o locus central da formação, organização e direcionamento do sistema de ação coletiva dos seus interesses de classe – estratégia mantida até os dias atuais. Por meio da Federação dos Sindicatos Industriais do Distrito Federal, o Sindicato dos Industriais de Siderurgia e Fundição encaminhou um memorial ao presidente Getúlio Vargas, esclarecendo-o a respeito da classificação do ferro na tarifa alfandegária. Abordou, ainda, sobre a importação de máquinas para as industriais em superprodução, cujo projeto estava sendo analisado pelo Conselho Federal de Comércio Exterior para emissão de parecer técnico (Ata de reunião do Conselho de Representantes da Federação dos Sindicatos Industriais do Distrito Federal, realizada em 25 de agosto de 1938. Acervo da biblioteca da Firjan. RJ/Brasil).

2. Sociedade civil, organização e ação coletiva

¹ Criada em 12 de agosto de 1938, era uma associação sindical âmbito nacional, foro jurídico e sede na cidade do Rio de Janeiro – então Distrito Federal.

A proeminente organização e ação das classes industriais, compondo blocos de pressão que atuavam sobre as agências da sociedade política pode ser observada a partir de uma análise das associações de classe da indústria, que funcionavam – e funcionam – com verdadeiros partidos políticos a serviço dos interesses dos setores que representam. Quando, em fins de 1936 e, novamente, em fevereiro de 1938, o Ministério da Marinha excluiu o cimento nacional dos editais de concorrência das obras públicas, os industriais representados pela Federação Industrial do Rio de Janeiro pressionaram o ministro da Marinha e o presidente Vargas, em defesa do uso do cimento produzido do Brasil. O debate foi levado ao Conselho Federal de Comércio Exterior – acompanhado por Getúlio Vargas. Apesar das promessas do ministro da Marinha de incluir o cimento nacional nas obras do novo arsenal de Marinha, em fevereiro de 1938 o jornal oficial² anunciou que marcas de cimento estrangeiro seriam usadas. A FIRJ telegrafou para Henrique Aristides Guilhen – ministro da Marinha – e, não obtendo resposta satisfatória, remeteu um telegrama idêntico ao presidente Vargas, solicitando intervenção. Vargas prometeu que marcaria audiência com o ministro para resolver a questão (Ata da Reunião Conjunta da Diretoria e Conselho Diretor da Federação Industrial do Rio de Janeiro, realizada em 20 de abril de 1938. Acervo da biblioteca da Firjan. RJ/Brasil).

Apesar do esforço da classe industrial para negar a existência de conflitos, evidências analisadas mostram que longe de apresentar uma homogeneidade de interesses, a existência de divergências resultava em conflitos entre diferentes classes e frações de industriais. Havia, no estado de São Paulo, uma “luta aberta dos pequenos industriais contra os grandes.” Raramente ocorria aliança entre o pequeno e o grande industrial paulista. “O pequeno fabricante se alia mais facilmente ao seu igual, que compartilha dos seus problemas, do que com o grande industrial, que pode” absorvê-lo e dominá-lo de modo absoluto. Os papéis dos aparelhos privados de hegemonia do capital industrial também tinham a função de amenizar os conflitos entre empresários industriais e uni-los em torno de interesses de classe comuns. Em 1938, a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) se empenhava pela conquista “de grandes favores para a classe, e se batia pela reforma da tarifa, pela imposição da quota ouro nas alfândegas e por uma série de medidas beneficiadoras dos interesses industriais.” Segundo a mesma fonte analisada, a presidência da FIESP passava “a ser considerada um dos mais elevados postos a que um grande industrial poderia aspirar (...)” Constituindo-se como uma posição de prestígio “cujo âmbito de ação se irradiaria pelo país inteiro.” (O Observador Econômico e Financeiro. Fevereiro, 1938. N. 25, 14,16. Acervo da Biblioteca do Ministério da Fazenda. RJ/Brasil).

A criação de Confederação Nacional de Indústria, em 12 de agosto de 1938, ampliaria em muito o raio de ação coletiva do empresariado industrial no campo político. A partir dos anos 1930, Euvaldo Lodi despontou como um dos mais expressivos intelectuais orgânicos da empresariado industrial, participando das seguintes agências da sociedade civil: Associação Comercial de Minas, Associação Comercial do Rio de Janeiro; Clube de Engenharia do Brasil; Confederação Industrial do Brasil, Sociedade Mineira de Engenheiros; Sindicato dos Industriais do Ferro de Minas Gerais, Federação Industrial do Rio de Janeiro, Centro Industrial do Rio de Janeiro – CIRJ – (presidente de 1942 a 1945) e a CNI (presidente de 1938 a 1954), cargo que acumulou com a presidência da FIRJ.

As evidências disponíveis na fonte não deixam dúvidas quanto à influência exercida pelos industriais através da ação coletiva organizada a partir de suas entidades da sociedade civil. A Confederação Nacional da Indústria, partido das frações de classe industriais, funcionava como um ‘catalisador’ das forças políticas dos aparelhos privados a ela filiados. Segundo Antonio Gramsci, forças politicamente semelhantes “podem fundir-se num organismo novo através de uma série de compromissos ou pela força das armas, unindo-se num plano de aliança ou subordinando uma à outra pela coerção” (Gramsci, 2011, 70). No caso dos aparelhos privados do capital, o conjunto documental analisado demonstra que a união ocorrera pela aliança em torno de interesses comuns.

A CNI tinha a incumbência de unificar as forças sociais dos aparelhos privados provenientes das distintas classes e frações do capital industrial brasileiro. Fundir, (re)orientar, (re)organizar e (re)direcionar a ação

²A fonte não especifica se era um periódico do Ministério de Marinha ou o Diário Oficial.

coletiva das múltiplas agências da sociedade civil do empresariado industrial brasileiro. A correlação das forças produtivas do capital industrial em uma poderosa agência de sociedade civil potencializava o alcance sociopolítico e sociocultural dos intelectuais orgânicos comprometidos com essa unificação, legitimando-os como representantes da classe capitalista industrial em seu conjunto e conferindo-lhes o prestígio adequado ao desempenho de tal função.

Uma análise do relatório da diretoria da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firj), referente ao quadriênio de 1º de fevereiro de 1939 a 19 de março de 1943, demonstra o grau de articulação do referido aparelho privado com o Estado Novo – uma vez que a Firj foi reconhecida pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. A respeito da ação coletiva da classe industrial no Distrito Federal, o relatório menciona a FSIDF como responsável por “disciplinar, harmonicamente, os interesses das forças produtoras da capital da República.” (Relatório da Diretoria da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro, realizado em 1º de fevereiro de 1939. Acervo da biblioteca da Firjan. RJ/Brasil).

Sabemos que as inflexões da política não deixam de suscitar tensões e fricções mesmo entre aliados. Em 1939, com a finalidade de limitar um projeto da Lei a respeito do Salário mínimo, a FIESP pressionou o governo federal para evitar a implementação de algo que o empresariado brasileiro julgava – e julga até hoje – um absurdo: a instituição legal da igualdade salarial entre homens e mulheres que exerciam a mesma função (apud Carone, 1977). Organizados em seus aparelhos privados e compondo parte significativa do conjunto da aliança no poder do Estado, os industriais da FIESP/CIESP enviaram pareceres ao ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, Valdemar Falcão, sugerindo alterações no projeto. Assim, mesmo na ditadura do Estado Novo, os industriais atuaram como forças sociais contrabalançadoras capazes de impor limites aos excessos do Executivo em benefício das classes trabalhadoras.

Em 1940, Francisco de Leonardo Truda, integrante do CFCE, visitou as Repúblicas da Colômbia, Equador, Guatemala, México, Nicarágua, Panamá e Venezuela. A viagem de Truda fazia parte da Missão Econômica Brasileira, que buscava sistematizar uma política que viabilizasse a intensificação da exportação de produtos manufaturados. Truda compareceu a FIESP, onde agradeceu aos industriais paulistas pela ajuda “que deram a Missão Econômica Brasileira” (Boletim do Conselho Federal do Comércio Exterior. Ministério da Fazenda. Ano IV. RJ, 10 de março de 1941. N. 9, 6. Acervo da Biblioteca do Ministério da Fazenda. RJ/Brasil). Com base nessa evidência registrada na fonte, fica evidente a interconexão e a unidade de interesses industriais com as políticas de Estado – que se efetivava no apoio e na participação dos primeiros, por meio de seus aparelhos privados, às políticas da ditadura.

Os conselhos exerceram relevante papel como instâncias consultivas, de estudos, pesquisas e debates de questões econômicas – orientando as deliberações das agências governamentais. Segundo Artur de Souza Costa, ministro da Fazenda, no ano de 1940 os encargos do CTEF foram bem maiores que nos anos anteriores. Havendo um substancial aumento dos problemas confiados ao mesmo pelo governo. No ano seguinte, o conselho manteve a sua intensa atividade. No que se refere a ação econômica do governo Vargas, ainda segundo Souza Costa, desde 1930 que o governo federal implementava uma política voltada a “auxiliar diretamente as classes produtoras.” (Souza Costa, 1941, 65 & 1942, 99, 103).

Uma vez fechados os espaços institucionais de participação na sociedade política através do Legislativo e do Executivo, durante o Estado Novo, o empresariado fez dos órgãos técnicos e consultivos as agências do estado restrito através dos quais exercia sua participação política e para as quais levava as demandas que formulava na sociedade civil. Isto feito, os órgãos técnicos davam status oficial aos projetos dos empresários que dele participavam. A partir de 1943, o industrial Horácio Lafer tornou-se membro do Conselho Técnico de Economia e Finanças do Ministério da Fazenda. Lafer fazia parte dos quadros da FIESP, sua participação no CTEF atendia aos interesses de frações do capital industrial paulista do qual Lafer era representante.

Para desenvolver melhor a análise do papel desempenhado pela FIRJ junto à correlação de forças vigente no complexo institucional do Estado restrito, é fundamental levar consideração às relações da mesma com outras agências dos industriais na sociedade civil. Para levar adiante a análise, julgamos pertinente considerar a analogia entre a atuação da FIRJ, do CIRJ e da FSIDF. Em reunião de diretoria e conselho diretor do CIRJ, de 12 de fevereiro de 1943, registra-se a participação desta associação junto ao governo

federal na condição de assessora para assuntos ligados aos interesses dos industriais por ela representados. Dava-se, assim, um processo de articulação e adensamento das forças político-social e sociocultural de três importantes aparelhos privados dos industriais na capital federal e de seus respectivos intelectuais orgânicos.

Euvaldo Lodi – então presidente do CIRJ – deu ciência de que o governo Vargas acabara “de expedir um decreto concedendo ao Centro a prerrogativa de órgão técnico-consultivo do Estado, na solução dos problemas relativos às atividades que coordena”. Assim, o CIRJ alcançava *status* análogo ao dos órgãos técnicos e consultivos criados pelo governo federal. As informações contidas na documentação explicitam um desentendimento entre o CIRJ e a Coordenação da Mobilização Econômica quando, em portaria de seu coordenador, foi concedido aumento do salário mínimo de 25 % nas capitais e no Distrito Federal, “e de 30 % nas localidades do interior.” No contexto dessa mesma reunião do CIRJ, Euvaldo Lodi afirmou que a medida da CME suscitou controvérsias no interior das associações de classe e das empresas afetadas pelo aumento nos vencimentos da força de trabalho. Na condição de agência maior do capital industrial brasileiro, a Confederação Nacional da Indústria mobilizou seus filiados no sentido de formular um consenso acerca da portaria da CME (Ata da Reunião Conjunta da Diretoria e Conselho Diretor do Centro Industrial do Rio de Janeiro, realizada em 12 de fevereiro de 1943. Acervo da Biblioteca da Firjan, RJ/Brasil). Segundo registros em relatórios, a Federação dos Sindicatos Industriais do Distrito Federal, no período de fevereiro de 1939 a março de 1943 ela participou de todas as questões de interesse da indústria na área administrativa, fiscal e na esfera da legislação trabalhista – de modo a buscar atender aos interesses gerais das classes produtoras (Relatórios da Diretoria da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro. 1º de fevereiro de 1939 a 19 de março de 1943. Acervo da biblioteca da Firjan. RJ/Brasil).

É relevante destacar a reunião da diretoria e do conselho diretor do CIRJ, realizada em 27 de agosto de 1942. Presidida por Euvaldo Lodi, acompanhado na mesa por Ibsen de Rossi e Júlio Pedroso de Lima Júnior. A reunião tinha a finalidade essencial de solicitar ao plenário que se manifestasse “sobre o estado de guerra” que o governo federal acabara de decretar contra as forças do Eixo Roma-Berlim-Tóquio – de modo a revidar os ataques que resultaram no “afundamento de diversos navios brasileiros nas águas do norte” do Brasil. Euvaldo Lodi informou que em 25 de agosto daquela ano estivera no Palácio Guanabara onde expressou ao presidente Vargas “o apoio integral e irrestrito das forças produtoras às medidas tomadas pelo governo” na luta contra os inimigos Totalitários. Em atendimento a proposta feita por Jarbas da Costa Ferreira, o plenário do CIRJ concedeu a Euvaldo Lodi plenos poderes para, de acordo com as entidades sindicais, atuar junto à Confederação Nacional de Indústria. Em tais circunstâncias, deveria adotar todas as medidas julgadas necessárias à defesa nacional e ao estabelecimento de uma política econômica compatível com a situação (Ata da Reunião Conjunta da Diretoria e Conselho Diretor do Centro Industrial do Rio de Janeiro, realizada em 27 de agosto de 1942. Acervo da Biblioteca da Firjan, RJ/Brasil).

Pouco mais de um mês depois, diretoria e o conselho diretor do CIRJ voltaram a se reunir presididos por E. Lodi. Em pauta no plenário, o apoio a política de mobilização econômica para fins de guerra. Lodi discorreu a respeito do decreto-lei 4.450, de 28 de setembro de 1942, que nomeara João Alberto Lins de Barros – com poderes de ministro de Estado – coordenador dos recusos econômicos do Brasil. O plenário estava de acordo que o Brasil devia se preparar economicamente de modo a polarizar suas energias para um objetivo comum, que era “a vitória na salvaguarda da liberdade, da democracia e do direito.” Após examinar os tópicos do referido decreto-lei e solicitar esclarecimentos, o plenário expressou sua colaboração com o governo. E. Lodi informou que declarou ao ministro João Alberto Lins de Barros “que as classes produtoras do país estão prontas a empregar todos os seus esforços e iniciativas em favor da mobilização econômica.” Euvaldo Lodi declarou que o Coordenador Lins de Barros recebeu o apoio da indústria com satisfação, e que ele afirmou que o setor industrial seria um dos elementos marcantes do seu trabalho, por meio do diálogo com seu órgão supremo, a Confederação Nacional da Indústria, que ocupa lugar de destaque na vida brasileira (Ata da Reunião Conjunta da Diretoria e Conselho Diretor do Centro Industrial do Rio de Janeiro, realizada em 1º de outubro de 1942. Acervo da Biblioteca da Firjan, RJ/Brasil).

É interessante observar consignado nas atas das reuniões supracitadas do CIRJ o apoio dos industriais na luta contra os Estados Totalitários do Eixo, evidenciando a finalidade precípua de salvaguardar a liberdade

e a democracia – princípios que não existiam sob a égide do Estado Novo, cuja Constituição se influenciara nos fundamentos da Carta Fascista da Polônia – o que lhe valera a jocosa alcunha de polaca. Como forma de substituir os partidos políticos tradicionais – eleitorais –, os núcleos sociais das superestruturas de poder das forças produtivas do capital se concentraram nos aparelhos privados nos quais os capitalistas se organizavam para planejar as suas ações nas agências do Estado restrito e com isso superar os limites do Estado Autoritário Vargasista. Em reunião extraordinária do conselho de representantes da Federação Industrial do Rio de Janeiro, realizada em 19 de março de 1943, consta que a além dos relevantes serviços prestados às classes produtoras, a Confederação Nacional da Indústria também estava exercendo “uma série de atribuições conferidas pelo governo” (Ata da reunião extraordinária do Conselho de Representantes da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro, realizada em 19 de março de 1943. Acervo da biblioteca da Firjan. RJ/Brasil).

Entre as ações do empresariado industrial por meio das suas agências privadas junto ao governo federal, destacamos, outrossim, a colaboração com o projeto de educação industrial. Nesse particular, cabe logo frisar a participação dos aparelhos privados do capital industrial na formulação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial e na implementação do projeto em vários estados brasileiros. A análise das atas e dos relatórios produzidos pelos aparelhos privados do capital industrial comprova que mesmo durante Estado Novo, as políticas de educação, no âmbito das agências da sociedade política, também não foram formuladas a revelia dos interesses dos industriais (Margalho, 2019).

Em relatório do industrial paulista Roberto Simonsen, então presidente do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (CIESP) e da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, publicado em abril de 1944 no periódico *O Observador Econômico e Financeiro*, o empresário deixou evidente a colaboração dos industriais com o governo ao registrar que a comissão executiva do FIESP/CIESP cooperara “com as autoridades públicas, na remoção dos entraves com que se [defrontava] o nosso progresso social e econômico e de conciliar os grandes e complexos interesses [com os quais se deparavam] nos setores setores da produção” (*O Observador Econômico e Financeiro* – RJ. Abril, 1944. N. 99, 45. Acervo da Biblioteca do Ministério da Fazenda. RJ/Brasil).

No mesmo ano de 1943 também estiveram na FIESP-CIESP, Fernando Costa – interventor federal em São Paulo, Arthur de Sousa Costa – ministro da Fazenda, esteve três vezes nas referidas associações paulistas, Alexandre Marcondes Machado Filho – ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, o qual acumulava a pasta de ministro da Justiça e Negócios Interiores, Eurico Dutra – ministro da Guerra, Henrique Guilhem – ministro da Marinha, João de Mendonça Lima – ministro da Viação e Obras Públicas e João Alberto Lins de Barros – coordenador da Coordenação da Mobilização Econômica (*O Observador Econômico e Financeiro* – RJ. Abril, 1944. N. 99, 45. Acervo da Biblioteca do Ministério da Fazenda. RJ/Brasil).

À luz da análise das evidências apresentadas no conjunto das fontes analisadas, não resta dúvida quanto a expressiva participação política dos industriais, por meio de suas agências da sociedade civil, no Estado Novo. Ao considerarmos que mesmo um ditador não pode prescindir de apoio para manter-se no poder, é incongruente supor que em um Estado capitalista uma ditadura possa acontecer à revelia dos interesses e sem viabilizar a participação dos prepostos das forças sociais do capital nas agências do Estado – tanto no âmbito da sociedade civil quanto no da sociedade política. O comparecimento no complexo CIESP-FIESP, em 1943, do interventor federal de São Paulo, de cinco ministros de estado e um coordenador com status de ministro constitui evidência inequívoca da força e influência política da classe industrial organizada nos referidos aparelhos privados.

Quando em 1944 os industriais souberam que o governo federal preparava uma lei que tributaria o consumo, em reunião de diretoria e conselho diretor do CIRJ, liderados por Euvaldo Lodi, fizeram vigorosa oposição. Com o intento de fortalecer o poder de pressão exercido sobre o governo, Lodi buscou e obteve apoio de João Daudt d’Oliveira, presidente da Associação Comercial do Rio de Janeiro, para impedir que a aprovação do imposto sobre o consumo perturbasse “o livre funcionamento das atividades econômicas.” Os estudos para elaborar o anteprojeto do imposto do consumo tiveram início no Ministério da Fazenda. Os industriais enviaram seus representantes para debater o assunto junto ao titular da pasta e aos funcionários,

de modo a apresentar-lhes as divergências. Por meio de seus representantes, a CNI participou ativamente dos debates a respeito do tema. As federações da indústria e ela filiadas enviaram sugestões de alteração no anteprojeto (Ata da Reunião Conjunta da Diretoria e Conselho Diretor do Centro Industrial do Rio de Janeiro, realizada em 14 de janeiro de 1944. Acervo da Biblioteca da Firjan, RJ/Brasil).

Publicado em 30 de dezembro de 1944, o decreto-lei n. 7.219-A, dispozo a respeito do imposto do consumo, na tabela A tributou produtos industrializados como, por exemplo, máquinas, artefatos de metal, cerâmica, vidro, cimento, papel e seus artefatos, calçados e móveis. Muitos desses produtos tributados eram usados na produção fabril, na construção civil e no comércio. No entanto, apesar dessa aparente demonstração de força do Estado Vargas, em Decreto-lei n. 7.404 de 1945, o governo revogou o imposto cobrado sobre esses produtos – atitude que indica a expressiva força dos empresários da indústria e do comércio agindo como blocos de pressão capazes de impor limites as pretensões do Estado Autoritário.

O conflito com o governo federal prosseguira, mais especificamente quando, participando de reunião realizada no gabinete de Arthur de Souza Costa, ministro da Fazenda, as lideranças dos industriais souberam que o governo planejava criar um imposto para taxar lucros extraordinários. Reunidos no CIRJ, sob a presidência do industrial Euvaldo Lodi (Sindicato das Indústrias Metalúrgicas), os intelectuais orgânicos da indústria sistematizaram, organizaram, direcionaram e mobilizaram as ações coletivas contrárias ao projeto de lei que tinha a finalidade de taxar os lucros extraordinários. Euvaldo Lodi apresentou, durante a reunião no CIRJ, o projeto oficial do governo e expôs uma síntese dos debates travados no gabinete do ministro da Fazenda, onde apresentara “os pontos de vista da indústria no tocante ao assunto.” Representantes de outros setores fabris, Antonio da Silva Vilhena (Sindicato da Indústria do Açúcar), Luís Ribeiro Pinto (Sindicato da Indústria de Fósforos), Pedro Raposo Lopes (Sindicato da Indústria de Perfumarias e Artigos de Toucador), Edmundo Pereira Leite (Sindicato da Indústria de Artefatos de Papel e Papelão) e João Baylongue (Sindicato das Indústrias Mecânicas e do Material Elétrico), expressaram a opinião de que “todas as atividades econômicas [deveriam] trabalhar para que o texto legal, do que o governo [fazia] questão, não [fosse] um empecilho ao desenvolvimento econômico do país” (Ata da Reunião Conjunta da Diretoria e Conselho Diretor do Centro Industrial do Rio de Janeiro, realizada em 14 de janeiro de 1944. Acervo da Biblioteca da Firjan, RJ/Brasil).

As evidências analisadas sugerem que houve acordo entre o governo federal e os empresários a respeito da cobrança do imposto sobre lucros extraordinários. O tributo sobre os lucros extraordinários seria cobrado junto com o imposto de renda, com exercício a partir de 1944. Em reunião da diretoria do CIRJ realizada em 17 de março de 1944, presidida por Euvaldo Lodi, foi comunicado que o governo aprovara o imposto sobre lucros extraordinários, por meio do decreto-lei nº 15.028, de 13 de março daquele ano corrente. Foi consignado na ata da reunião que os debates entre os empresários e o governo sobre o tema vinham ocorrendo desde dezembro de 1943. Na referida reunião do CIRJ, estava presente Morvan Dias da Figueiredo, vice-presidente da FIESP, que participou dessa reunião compondo a mesa ao lado de Lodi. Isso corrobora, mais uma vez, o grau de articulação orgânica entre os aparelhos privados do capital industrial, que, mesmo em uma ditadura de molde fascista, atuavam como verdadeiros partidos políticos na salvaguarda dos interesses essenciais dos capitalistas e impondo limites aos ímpetus trabalhistas do ditador (Ata da Reunião Conjunta da Diretoria e Conselho Diretor do Centro Industrial do Rio de Janeiro, realizada em 17 de março de 1944. Acervo da Biblioteca da Firjan, RJ/Brasil).

Em São Paulo, estado em que a industrialização mais se desenvolveu e se expandiu, a organização e a ação coletiva dos industriais era protagonizada pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo e pelo Centro das Indústrias do Estado de São Paulo. Com a finalidade de limitar o alcance do projeto da lei do salário mínimo, em 1939 a FIESP pressionou Getúlio Vargas e Valdemar Falcão, ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, para demovê-los da ideia de implementarem algo que os industriais julgavam um absurdo: a instituição legal da igualdade salarial entre homens e mulheres que exerciam a mesma função e tinham a mesma jornada de trabalho. Os industriais da FIESP/CIESP enviaram pareceres ao ministro, sugerindo alterações no projeto. Entre os argumentos, constava que a igualdade salarial atrairia muita força de trabalho para São Paulo, grande centro fabril, em detrimento de outros estados do Brasil (Carone, 1977).

O documento apresenta outro postulado que chamou nossa atenção, o de que as mulheres trabalhadoras não usavam suas remunerações para manter o lar, mas sim como complemento para melhorar as condições de vida nele. A FIESP/CIESP informava ao ministro que fizera “um inquérito sobre o trabalho das mulheres nos bazares”, e concluía que das 600 moças, 300 utilizavam seus vencimentos na compra de enfeites, vestidos, passeios e diversões de outra natureza. É pertinente destacar que o inquérito fora feito sobre a força de trabalho feminina dos bazares, desconsiderando os estabelecimentos industriais. Logo, excluiu um setor que, assim como o comércio, também tinha um grande contingente de força de trabalho urbano feminino. Cabe ainda ponderar que, se do universo amostral de 600, 300 moças – 50% – de fato usavam os vencimentos na aquisição de tais artigos, temos ao menos a outra metade, 300, cujo consumo inferimos que, das duas uma, ou não fora mapeado ou fora convenientemente ocultado. Após ameaçar com demissão em massa das mulheres, os industriais paulistas impediram que o governo colocasse em prática sua proposta (Carone, 1977). Em uma ditadura burguesa, no que tange aos interesses essenciais do capital, ao ditador somente onde pode, e não onde quer.

Por meio do decreto de 10 de novembro de 1943, Vargas criou o Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial – CNPIC. O mesmo decreto nomeara Roberto Simonsen e Euvaldo Lodi como delegados da indústria no CNPIC. Com isso, intelectuais orgânicos de projeção, formados na própria classe industrial e organizados nos seus respectivos aparelhos privados, galgavam mais um degrau na guerra de posição pelos postos avançados do Estado restrito. Segundo registrado na ata de reunião do CIRJ, o CNPIC tinha “a finalidade de organizar um programa de política econômica” para o Brasil (Ata da Reunião Conjunta da Diretoria e Conselho Diretor do Centro Industrial do Rio de Janeiro, realizada em 17 de março de 1944. Acervo da Biblioteca da Firjan, RJ/Brasil).

De forma discreta, organizados e mobilizados nas suas agências de sociedade civil, os empresários iam contribuindo para um processo de gradativa deterioração do poder do governo Autoritário consubstanciado no Estado Novo. Somado a isso, a conjuntura internacional, com a guinada na guerra a favor dos aliados e o enfraquecimento do nazifascismo, os capitalistas que antes apoiaram as ditaduras fascistas voltavam a ‘flertar’ com o sistema de governo proposto no paradigma das democracias liberais. Convém destacar que ainda em 8 de dezembro de 1941, Alzira Vargas e Amaral Peixoto procuraram Getúlio Vargas, à noite, no Palácio Guanabara, e o informaram-no que os generais Ari Pires e Horta Barbosa acusaram o chefe de polícia, Filinto Müller, “de parcialidade com os integralistas³, elementos do Eixo e seus partidários” (Vargas, 1995, p. 441). Fator que indica oposição de comandantes de tropas do Exército aos grupos políticos alinhados ao fascismo que atuavam no Brasil. A partir de 1944, com desgaste das ditaduras fascistas do Eixo e suas derrotas iminentes, no Brasil as classes dominantes encontram-se diante da premente necessidade de (re)organizar novas formas de arranjo político-institucional do Estado capitalista e de reinventar os paradigmas jurídico-políticos utilizados como vetores de legitimação na restrição do grau de participação das classes subalternas e dos partidos de esquerda nas democracias do segundo pós-guerra.

Presidindo reunião do CIRJ realizada em 18 de abril de 1945, Euvaldo Lodi, acompanhado na mesa por Francisco de Magalhães Castro e Julio Pedroso de Lima Júnior (Sindicato das Indústrias de Chapéus, Guarda-Chuvas, e Bengalas do Rio de Janeiro), comunicou que no dia 30 de abril daquele ano, “as classes da indústria, do comércio e da agricultura se reuniram em Teresópolis”, com a finalidade de adotar “uma carta Econômica do Brasil” que fosse capaz de consubstanciar os anseios “das forças produtoras” na orientação para o desenvolvimento do Brasil. Presente na reunião, João Daudt d’Oliveira, presidente da Federação das Associações Comerciais do Brasil (FEACB), afirmou que o Congresso de Teresópolis representaria “um grande movimento do comércio, da indústria e da agricultura [na retomada do] caminho democrático e da constitucionalização.” Segundo Oliveira, o problema do Brasil era menos político e mais social e econômico. Defendia que a democracia era um valor da tradição brasileira e que fora dela era impossível “a vida de um povo independente e civilizado.” Para tanto, afirmava que o Brasil precisaria tornar-se economicamente independente, “arregimentando as suas forças produtoras” e traçando um plano de trabalho que servisse

³No Rio de Janeiro capital, então Distrito Federal, em 11 de maio de 1938, os Integralistas, integrantes de um partido de extrema direita, tentaram um golpe de Estado. Atacaram o palácio do governo, onde estava o presidente Getúlio Vargas. Debelado o ‘putsch’ integralista pelas forças do governo, as lideranças foram presas e/ou exiladas e as forças sociais desse grupo foram neutralizadas.

“como orientação firme e consciente da sua vontade.” Concluiu João Daudt d’Oliveira solicitando “que todas as associações sindicais e civis da indústria da Capital da República [comparecessem] ao [Congresso de Teresópolis], através de seus presidentes e diretores.” (Ata da Reunião da Diretoria e do Conselho Diretor do Centro Industrial do Rio de Janeiro, realizada em 18 de abril de 1945. Acervo da Biblioteca da Firjan, RJ/Brasil).

Ao considerar somente os setores do capital como autores do projeto para a redemocratização do Brasil, a retórica empresarial deixa transparecer os planos de permanência das práticas autoritárias que restringiriam a participação das classes trabalhadoras na democracia. Desejavam o fim das instituições ditatoriais de governo sem, contudo, pretender construir uma ampla democracia. Os capitalistas planejavam a construção de uma democracia restrita, e preocupavam-se com a participação que o Partido Comunista do Brasil – então sob a sigla histórica PCB – teria nessa democracia. Ainda em 1944, Eurico Dutra, ministro da Guerra, encaminhou correspondência ao cônego Olímpio de Melo – que fora prefeito e interventor no Distrito Federal –, na qual ressaltou o perigo que os extremismos representavam para a nacionalidade brasileira. Descartou a necessidade de organizar uma máxima vigilância contra os que chamou de inimigos da pátria, a quem atribuiu a responsabilidade por usar teorias exóticas cuja finalidade era destruir a nação lançando-a em lutas fratricidas (O Observador Econômico e Financeiro – RJ. Junho, n. 101, 1944, 6. Acervo da Biblioteca do Ministério da Fazenda. RJ/Brasil). Com a derrocada iminente do nazismo, o comunismo emergia como novo inimigo a ser combativo. O ministro Dutra associara comunismo ao nazismo, o que é bastante interessante quando consideramos que, ainda hoje, em pleno século XXI, setores da ultradireita no Brasil ainda fazem essa comparação e, indo mais longe, contra todas as provas teóricas e empíricas, afirmam que o nazismo era uma força social de esquerda.

Pelo decreto-lei N. 7.666, de 22 de junho de 1945, o governo tentou exercer maior ingerência sobre o que chamou de atos contrários a economia nacional. O decreto considerava contrário a economia nacional os entendimentos entre empresas comerciais, industriais ou agrícolas, ou entre pessoas ou grupos de pessoas vinculadas a tais empresas, de modo que pudessem exercer influência econômica de modo considerado prejudicial em mercado. No artigo 1º, considera lesivo aos interesses nacionais: elevação do preço de venda dos produtos, restrição ou supressão da liberdade de comércio de concorrentes, exercer influência capaz de criar monopólios – mesmo que regionais, paralisar atividades econômicas, gerar desemprego em massa, praticar a incorporação, fusão, incorporação ou associação de grupos de empresas agrícolas, comerciais e industriais por um mesmo grupo, ou controle das cotas acionárias pelo mesmo.

3. Conclusão

Em última análise, o conteúdo do referido decreto é muito abrangente, de modo que é impossível explorá-lo com detalhes nos limites desse artigo. No entanto, pelos motivos expostos no parágrafo anterior, as classes empresariais se opuseram ao que julgaram ser um verdadeiro tribunal de exceção contra os interesses do capital. Organizados coletivamente em seus aparelhos privados, por meio da ação de seus intelectuais orgânicos junto as agências estratégicas da sociedade política, pressionaram o governo para dissuadi-lo de colocar em prática tal intervenção. Em reunião da diretoria e conselho diretor do Centro Industrial do Rio de Janeiro, realizada em 29 de junho de 1945, presidida por Euvaldo Lodi – acompanhado na mesa por Ibssen de Rossi e Júlio Pedrosa de Lima – Lodi informou que junto com João Daudt d’Oliveira, presidente da FEACB, se reunira com Agamenon Magalhães – ministro da Justiça – para expor a opinião das classes empresariais a respeito. Argumentando ao ministro que o decreto constituía “uma ameaça ao livre exercício do trabalho pacífico dos cidadãos e da propriedade privada” (Ata da Reunião da Diretoria e do Conselho Diretor do Centro Industrial do Rio de Janeiro, realizada em 29 de junho de 1945. Acervo da Biblioteca da Firjan, RJ/Brasil).

No recorte cronológico em análise, organizados no seu complexo superestrutural, composto por uma rede de aparelho privados, os portadores do capital tinham 'musculatura' política para impor limites aos projetos de intervenção elaborados pelos prepostos da ditadura. Ainda durante a reunião supracitada, as lideranças empresariais do comércio e da indústria fizeram apelo ao ministro da Justiça, solicitando a revogação ou a suspensão do referido decreto-lei N. 7.666. A análise empírica do conteúdo de ata demonstra que houve ação conjunta do Confederação Nacional da Indústria e da Federação das Associações Comerciais do Brasil, de modo a organizar seus filiados no sentido de integrar e direcionar, a partir das suas agências da sociedade civil, as ações de blocos de pressão que atuavam na defesa de seus interesses de classes junto a instituições e autoridades governamentais. Presentes na reunião do CIRJ, os empresários Mario Leão Ludolf (Sindicato da Indústria de Cerâmica para Construção), Otávio Moreira Pena (Sindicato da Indústria de Construção Civil) e Ibssen de Rossi⁴, solicitaram que fosse consignado em ata um repúdio ao decreto, ao que foi aprovado pelo plenário.

A União Agropecuária do Brasil Central, representante de setores agrários, uniu-se CNI e a FEACB na pressão contrária ao referido decreto. A pressão dos empresários levou o governo a revogar o decreto. Enviaram ao presidente Vargas um memorial no qual criticavam o decreto. Com a finalidade precípua de colocar em evidência o modo pelo qual assunto tão delicado deveria ser solucionado, o relatório da diretoria da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro para o ano de 1945 registrou “que assunto tão relevante e complexo [como a questão do decreto-lei N. 7.666] só deveria ter solução através do poder legislativo, onde, representados todos os matizes da opinião pública, fosse possível colher a média do pensamento nacional.” O relatório supracitado informa que o ano de 1945 foi caracterizado pela eclosão de “intenso movimento das classes trabalhadoras” com a finalidade de obter aumentos salariais. Esse processo de luta ocorria tanto de modo mais amistoso, por intermédio dos sindicatos patronais, quanto por meio do “processo de dissídio coletivo, junto à justiça do Trabalho.” Em alusão a ação dos comunistas, o relatório menciona que em Pernambuco, Rio Grande do Sul, São Paulo, Minas Gerais e demais estados de grande concentração de trabalhadores, agentes de 'ideologias estranhas' “ao nosso meio e aos interesses da nação” insuflavam a agitação dos trabalhadores. Segundo os empresários, a indústria atendera às reclamações que considerara justas e legítimas. No entanto, “fiel às tradições liberais do país e aos seus pendores democráticos⁵ [a indústria] não [concordava], em momento nenhum, com movimentos totalitários, qualquer que [seja] o mito de sua ideologia.” Em várias oportunidades os industriais representados pelo referido aparelho privado informaram ao governo sobre o problema e o apoiaram na adoção de medidas que consideravam justas, e adequadas “para a solução dos graves problemas com que se defrontava o Brasil e as nações civilizadas” (Relatório da Diretoria da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro. Exercício de 1945, 10-11. Acervo da biblioteca da Firjan. RJ/Brasil.). Estava evidente que a estrutura político-institucional do Estado Nova não era mais capaz de solucionar as tensões emergentes na conjuntura pós guerra.

Convém assinalar que além das pressões externas decorrentes da crise e decadência das ditaduras fascistas na Europa, para compreender o fim da ditadura Vargas é imprescindível considerar, outrossim, o conjunto de pressões internas que desgastaram o regime e contribuíram para seu fim. Organizadas em Nova Iorque, um grupo de exilados, formado por Armando Sales de Oliveira e Paulo Duarte – entre outros – compunham um núcleo de oposição liberal que fazia “campanhas de propaganda contra” o governo autoritário no Brasil. Dentro do Brasil, por sua vez, organizados da clandestinidade, comunistas⁶, socialistas e liberais intensificaram a oposição ao governo. A União Nacional do Estudantes (UNE), fundada em 1937, foi uma das instituições brasileiras que desde cedo assumiu posição na luta antifascista (Mendes Júnior & Maranhão, 1989, 200).

Em 1943, no início do ano, com a finalidade de lutar contra as forças sociais do fascismo e do integralismo,

⁴ Na documentação analisada, não encontramos evidências que permitam identificar o setor ao qual ele estava vinculado. Não está claro se era um empresário ou um funcionário do CIRJ.

⁵ No que tange aos pendores democráticos dos industriais no Brasil, citados na fonte, análise histórica demonstra a inconsistência dos princípios democráticos entre o empresariado. Em menos de vinte anos após o fim a ditadura do Estado Novo, as classes e frações empresariais apoiaram no Brasil outro golpe de Estado contra um governo democraticamente eleito e que implementava significativas reformas de base. Deste golpe resultou uma sanguinária e corrupta ditadura que se prolongou por duas décadas.

⁶ Segundo Almeida Júnior, não obstante estivesse sofrido muitas perdas com a repressão da ditadura, precisando agir na clandestinidade, e com suas lideranças nos cárceres, o Partido Comunista do Brasil – PCB – “fora o único [partido de oposição] a manter sua estrutura organizacional e operativa no transcorrer do Estado Novo, continuando sua atuação junto aos sindicatos operários, ao movimento estudantil e a outros setores da população.” (Almeida Júnior in Fausto, 2007, 284).

foi fundada a Sociedade Amigos da América, presidida pela general Manuel Rabelo – membro do Superior Tribunal Militar. Dela faziam parte muitos coronéis das Forças Armadas. Em fins de março de 1943, o Sindicato de Tecelões do Rio de Janeiro, propôs a organização de “uma manifestação geral antifascista, que se concretizaria no mês de maio subsequente, através de chamada ‘Semana Antifascista’, organizada pela [UNE], pela Liga de Defesa Nacional, pela Sociedade dos Amigos da América e pelos bancários.” Durante a semana, simulariam um julgamento do “líder integralista Plínio Salgado.” Em 1º de fevereiro de 1945, o general Pedro Aurélio Góes Monteiro concedera entrevista ao Diário Carioca, publicada na primeira página, na qual pedia a realização de eleições e fazia “referências à possibilidade de uma anistia política aos prisioneiros do Estado Novo.” (Almeida Júnior in Fausto, 2007, 276, 277, 282).

Percebendo na conjuntura a derrocada inevitável da ditadura, os empresários que foram seus maiores aliados e beneficiários decidiram que era imperativo romper com as amarras do Estado Novo. Com indicativo de que Vargas não pretendia cumprir suas promessas de realizar eleições e retirar-se do governo, tropas do Exército e da Marinha ocuparam espaços estratégicos na Capital Federal. Pressionado, Getúlio Vargas renunciou ao governo em 29 de outubro de 1945. José Linhares, presidente do Supremo Tribunal Federal, assumiu interinamente presidência da República (Almeida Júnior in Fausto, 2007, 287-288). Segundo o relatório da diretoria da Federação Industrial do Rio de Janeiro, exercício de 1945, no governo, Linhares revogou o decreto-lei N. 7.666, de 22 de junho de 1945.

4. Bibliografia e fontes

ALMEIDA JÚNIOR, Antonio Mendes de. Do declínio do Estado Novo ao Suicídio de Getúlio Vargas. In: FAUSTO, Boris (org.). **O Brasil Republicano: sociedade e política (1930-1964)**. 9ª ed.; RJ: Bertrand Brasil, 2007 (História Geral da Civilização Brasileira). Tom. 3. Vol. 10.

ARENDT, Hannah. **Origens do totalitarismo**. SP: Cia das Letras, 1989.

Armando Sales de Oliveira. In **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro** (DHBB). Disponível em <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/armando-de-sales-oliveira>>

Boletim do Conselho Federal do Comércio Exterior [CFCE]. Ministério da Fazenda. Ano IV. RJ, 10 de março de 1941. N. 9. Acervo da Biblioteca do Ministério da Fazenda. RJ/Brasil.

CARONE, Edgard. **O Pensamento Industrial no Brasil (1880-1945)**. RJ – SP: Difel, 1977.

Centro Industrial do Rio de Janeiro. Ata da Reunião Conjunta da Diretoria e Conselho Diretor, realizada em realizada em 27 de agosto de 1942. Acervo da Biblioteca da Firjan, RJ/Brasil.

Centro Industrial do Rio de Janeiro. Ata da Reunião Conjunta da Diretoria e Conselho Diretor, realizada em 1º de outubro de 1942. Acervo da Biblioteca da Firjan, RJ/Brasil.

Centro Industrial do Rio de Janeiro. Ata da Reunião Conjunta da Diretoria e Conselho Diretor, realizada em 12 de fevereiro de 1943. Acervo da Biblioteca da Firjan, RJ/Brasil.

Centro Industrial do Rio de Janeiro. Ata da Reunião Conjunta da Diretoria e Conselho Diretor, realizada em 14 de janeiro de 1944. Acervo da Biblioteca da Firjan, RJ/Brasil.

Centro Industrial do Rio de Janeiro. Ata da Reunião Conjunta da Diretoria e Conselho Diretor, realizada em 17 de março de 1944. Acervo da Biblioteca da Firjan, RJ/Brasil.

Centro Industrial do Rio de Janeiro. Ata da Reunião da Diretoria e do Conselho Diretor, realizada em 18 de abril de 1945. Acervo da Biblioteca da Firjan, RJ/Brasil.

Centro Industrial do Rio de Janeiro. Ata da Reunião da Diretoria e do Conselho Diretor, realizada em 29 de junho de 1945. Acervo da Biblioteca da Firjan, RJ/Brasil.

Comércio Exterior. In: **O Observador Econômico e Financeiro** [OEF]. Fevereiro, 1938. N. 25. Acervo da Biblioteca do Ministério da Fazenda. RJ/Brasil.

Contra Extremismos – [EDITORIAL]. In: **O Observador Econômico e Financeiro** – RJ. Junho, n. 101, 1944. Acervo da Biblioteca do Ministério da Fazenda. RJ/Brasil.

Decreto-lei n. 7. 219-A de 30 de dezembro de 1944. Dispõe sobre o Imposto de Consumo. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1937-1946/Del7404.htm#art209 >, acessado em 12/10/2020.

Decreto-lei n. 7.666, de 22 de junho de 1945. Dispõe sobre os atos contrários à ordem moral e econômica. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del7666.htm >, acessado em 14/11/2020.

Federação das Indústrias do Rio de Janeiro. Relatório da Diretoria. 1º de fevereiro de 1939 a 19 de março de 1943. Acervo da biblioteca da Firjan. RJ/Brasil.

Federação das Indústrias do Rio de Janeiro. Relatório da Diretoria – Exercício de 1945. Acervo da biblioteca da Firjan. RJ/Brasil.

Federação dos Sindicatos Industriais do Distrito Federal. Ata da Assembleia Geral da constituição da Federação dos Sindicatos Industriais do Distrito Federal, realizada em 27 de novembro de 1937. Acervo da biblioteca da Firjan. RJ/Brasil.

Federação Industrial do Rio de Janeiro. Ata da reunião conjunta da diretoria e conselho diretor. Realizada em 15 de dezembro de 1937. Acervo da biblioteca da Firjan. RJ/Brasil.

Federação dos Sindicatos Industriais do Distrito Federal. Ata da Reunião do Conselho de Representantes, realizada em 10 de maio de 1938. Acervo da biblioteca da Firjan. RJ/Brasil.

Federação dos Sindicatos Industriais do Distrito Federal. Ata da Assembleia Geral Ordinária realizada em 9 de junho de 1938. Acervo da biblioteca da Firjan. RJ/Brasil.

Federação dos Sindicatos Industriais do Distrito Federal. Ata da reunião do Conselho de Representantes realizada em 25 de agosto de 1938. Acervo da biblioteca da Firjan. RJ/Brasil.

Federação Industrial do Rio de Janeiro. Ata da reunião conjunta da diretoria e conselho diretor, realizada em 20 de abril de 1938. Acervo da biblioteca da Firjan. RJ/Brasil.

Federação Industrial do Rio de Janeiro. Ata da reunião extraordinária do conselho de representantes da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro. Realizada em 19 de março de 1943. Acervo da biblioteca da Firjan. RJ/Brasil.

FERNANDES, Florestan. **Circuito fechado: quatro ensaios sobre o poder institucional**. SP: Globo, 2010.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere. Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política**. – 4ª Ed. RJ: Civilização Brasileira, 2011. Vol. 3.

HOBSBAWM, Eric. **Era dos Extremos: o breve século XX (1914-1991)**. SP: Cia das Letras, 1995.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. SP: Cia das Letras, 2016.

Made in Brasil. In: **O Observador Econômico e Financeiro** [OEF]. Novembro, 1937. N. 22. Acervo da Biblioteca do Ministério da Fazenda. RJ/Brasil.

Organizações Industriais. In **O Observador Econômico e Financeiro** – RJ. Abril, 1944. N. 99.

Acervo da Biblioteca do Ministério da Fazenda. RJ/Brasil.

MARGALHO, Maurício Gonçalves. *Os empresários industriais e a formulação da aprendizagem industrial na Era Vargas, 1934 – 1945*. In: **Revista História & Luta de Classes**. Ano 15 – Edição nº 28. Setembro de 2019. Dossiê Educação, Marxismo e Ensino de História.

MARGALHO, Maurício Gonçalves. *Os Klabin e os Lafer: famílias do grande capital industrial brasileiro*. In: CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira & BRANDÃO, Rafael Vaz da Motta (orgs.). **Os donos do capital: a trajetória das principais famílias empresariais do capitalismo brasileiro**. RJ: Autografia, 2017.

MENDES JR, Antonio & MARANHÃO, Ricardo. **Brasil História Texto e Consulta. A Era Vargas**. SP: Hucitec, 1989. Vol. 4.

Olímpio de Melo. In **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro** (DHBB). Disponível em < <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/melo-olimpio-de> >

POLANIY, Karl. **A grande transformação: as origens de nossa época**. SP: 6ª ed. Campus, 2000.

- POULANTZAS, Nicos. **Fascismo e Ditadura**. SP: Martins Fontes, 1978.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Sobre o Autoritarismo Brasileiro**. SP: Cia das Letras, 2019.
- SOUZA COSTA, Artur de. **Relatório apresentado ao Exm.º Sr. presidente da República Dr. Getúlio Dornelles Vargas, pelo ministro dos Negócios da Fazenda**. Exercício de 1940. Imprensa Nacional, RJ: 1941. Acervo da Biblioteca do Ministério da Fazenda. RJ/Brasil.
- SOUZA COSTA, Artur de. **Relatório apresentado ao Exm.º Sr. presidente da República Dr. Getúlio Dornelles Vargas, pelo ministro dos Negócios da Fazenda**. Exercício de 1941. Imprensa Nacional, RJ: 1942. Acervo da Biblioteca do Ministério da Fazenda. RJ/Brasil.
- VARGAS, Getúlio. **Diário (1937-1942)**. Vol. II. SP: Siciliano, RJ: Fundação Getúlio Vargas, 1995.